REVISTA NEIBA
CADERNOS ARGENTINA-BRASIL

Volume 13, 2024, p. 01-29
DOI: 10.12957/neiba.2024.85237 | e85237 I ISSN: 2317-3459

A INSERÇÃO REGIONAL DA GUIANA: DO CARIBE À AMÉRICA DO SUL

GUYANA'S REGIONAL INTEGRATION: FROM THE CARIBBEAN TO SOUTH AMERICA

Angélica Saraiva Szucko[1]

[1]Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colômbia e Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: angelicaszucko@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8589-7827.

Recebido em: 19/06/2024 | Aceito em: 21/08/2024.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar a estratégia de inserção regional da Guiana considerando suas relações com o Caribe e a América do Sul. Além da revisão bibliográfica, o trabalho adota como metodologia a aplicação de uma tipologia gradativa para avaliar o nível de profundidade da integração regional nas iniciativas das quais a Guiana participa e suas características. Primeiramente, discute-se o conceito de integração e sua gradação entre mecanismos de consulta/concertação, cooperação e integração regional para categorizar as iniciativas latino-americanas e caribenhas. Posteriormente, ressaltam-se as particularidades guianenses considerando sua posição geográfica, assim como aspectos políticos, econômicos e culturais do país que influenciam em suas interações com os países vizinhos. Por fim, compara-se a participação da Guiana em diferentes iniciativas regionais, a saber a CARICOM, a AEC, a OTCA, a UNASUL, o PROSUL e a CELAC, de modo a analisar a profundidade das relações com os seus parceiros nos âmbitos caribenho e sul-americano. Conclui-se que a Guiana adota uma postura pragmática, buscando distanciar-se de alinhamentos ideológicos na sua interação com os países vizinhos e priorizando o seu desenvolvimento econômico. Observa-se uma integração mais profunda nas instituições caribenhas formadas por países com os quais compartilha uma história e cultura comuns, para além dos níveis de desenvolvimento e posição geográfica que facilitam a convergência de interesses. Com o passar dos anos, o país também vem se aproximando mais dos vizinhos sul-americanos, em um processo de continentalização, mas ainda por meio de instituições mais focadas na promoção da cooperação ou concertação regional. A maior integração com a América do Sul passa tanto pelo fortalecimento do relacionamento bilateral com o Brasil como pela construção de infraestruturas que conectem o país ao continente.

Palavras-chave: Guiana; integração regional; continentalização.

ABSTRACT

This article aims to analyze Guyana's regional insertion strategy considering its relations with the Caribbean and South America. Regarding the methodology, besides the bibliographic review, this work applies a gradual typology to assess the depthness of the regional integration in the initiatives in which Guyana participates and their characteristics. To this end, the concept of integration is discussed, and a gradual typology from consultation/conciliation mechanisms,

regional cooperation and integration is used to categorize Latin American and Caribbean initiatives. Subsequently, Guyanese particularities are highlighted considering its geographical position, as well as political, economic and cultural aspects of the country that influence its interactions with neighboring countries. Finally, Guyana's participation in different regional initiatives is compared, namely in CARICOM, ACS, ACTO, UNASUR, PROSUR and CELAC, in order to analyze the depth of relations with its partners in the Caribbean and South American regions. We concluded that Guyana adopts a pragmatic stance, seeking to distance itself from ideological alignments in its interaction with neighboring countries and prioritizing its economic development. There is a deeper integration in Caribbean institutions formed by countries with which they share a common history and culture, in addition to the levels of development and geographical position that facilitate the convergence of interests. Over the years, the country is also getting closer to its South American neighbors, in a process of continentalization, but still through institutions more focused on promoting regional cooperation or concertation. Greater integration with South America involves both strengthening the bilateral relationship with Brazil and building infrastructure that connects the country to the continent.

Keywords: Guyana; regional integration; continentalization.

INTRODUÇÃO

A República Cooperativa da Guiana, localizada entre o Caribe e a América do Sul, busca inserir-se internacionalmente de maneira pragmática e em defesa de seus interesses nacionais, particularmente no que se refere ao seu desenvolvimento econômico. Considerada o país mais pobre do continente sul-americano até dez anos atrás, a Guiana tem adquirido maior relevância regional nos últimos anos tanto por conta da descoberta de diversas jazidas de petróleo em 2015, que a apelidaram de "o Kuwait da América do Sul" (Atlas Géopolitique, 2022), quanto pela possibilidade de um conflito com a Venezuela em função da disputa territorial por Essequibo, também agravada após essa descoberta (Angelo, 2022; Sharp, 2023).

Este artigo tem como objetivo explorar e analisar a estratégia de inserção regional da Guiana, inicialmente focada no Caribe, mas que, nos últimos anos, fortaleceu seu engajamento com os parceiros sul-americanos. Adota-se como marco temporal o período posterior a independência do país, em 1966, até os dias atuais. O texto busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como a Guiana insere-se regionalmente no contexto latino-americano e caribenho? Para tanto, o texto está dividido em três seções. Primeiramente, apresenta-se o debate conceitual e a tipologia utilizadas neste estudo, com o intuito de distinguir uma gradação entre mecanismos de consulta/concertação, cooperação e integração regional. Na sequência, evidenciam-se algumas características e particularidades da Guiana considerando seus aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos e étnicos. Finalmente, analisa-se e compara-se a participação da Guiana em iniciativas regionais no Caribe e na América do Sul, a exemplo da Comunidade Caribenha (CARICOM), da Associação dos Estados do Caribe (AEC), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Desta forma, busca-se evidenciar a forma pela qual o país tem utilizado as instituições regionais para alcançar seus interesses e aproximar-se dos vizinhos caribenhos e sul-americanos. Esse estudo tem o intuito tanto de fomentar o debate sobre integração regional, seus formatos e limitações na América Latina e Caribe, como de ampliar o conhecimento sobre um país ainda não tão estudado, mas que passa por importantes transformações, como a descoberta de petróleo e

a tensão com a Venezuela, que impactam diretamente as dinâmicas regionais. Nesse sentido, a Guiana tende a tornar-se cada vez mais relevante para o regionalismo latino-americano e caribenho e, por isso, faz-se necessário compreender suas dinâmicas políticas, econômicas e sociais, bem como sua estratégia de inserção internacional a partir de uma plataforma regional.

CONCEITOS E TIPOLOGIA DA INTEGRAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

A integração latino-americana, caribenha e sul-americana é marcada por características singulares que impactam a construção da sua institucionalidade e diferem do tradicional modelo europeu. Observa-se que a lógica intergovernamental presidencialista domina as iniciativas na região, particularmente na América do Sul, onde a dependência da afinidade político-ideológica entre os presidentes e a necessidade de uma liderança engajada são fundamentais para que as iniciativas integracionistas se estabeleçam e permaneçam ativas e funcionais (Álvarez, 2022; Neves & Mariano, 2022). No Caribe, por sua vez, observa-se uma maior solidez dos projetos integracionistas, a despeito das divergências políticas que possam existir entre os países, como ferramenta para lidar com os desafios comuns do subdesenvolvimento e da herança colonial (Martinez, 2020).

Ressalta-se também que a sobreposição de instituições com os mais variados graus de regionalismo pode enfraquecer a densidade institucional dos mecanismos existentes, pois há uma multiplicidade de instâncias que tratam de temáticas similares (Malamud, 2013; Ríos Sierra, 2020). Ademais, há ainda a preferência latino-americana e caribenha por formatos de regionalismo que privilegiam a autonomia nacional, evitando as ideias de supranacionalidade e de compartilhamento de soberania (Malamud, 2013; Martínez, 2020). No Caribe, particularmente, esta ideia de autonomia aparece vinculada a relações cordiais, mas não subordinadas, com as grandes potências, a saber os Estados Unidos e as antigas metrópoles europeias (Briceño-Ruiz, 2018).

As chamadas teorias de integração regional são, em grande medida, uma tentativa de explicar uma série de experiências europeias por meio de uma linguagem teórica mais abstrata, que, no entanto, não se aplica as especificidades de outras regiões do mundo. Nesse sentido, ao invés de tentar compreender os processos de cooperação regional na América Latina e no Caribe

mediante esse modelo europeu, é interessante buscar conceitos e termos teóricos mais abrangentes que nos auxiliem no entendimento das variações do regionalismo (Mariano, Bressan, Luciano, 2021). Isso porque a construção e o desenvolvimento de uma região específica podem desafiar a capacidade explicativa das teorias mais ortodoxas e o uso de outras categorias de análise nos permite tanto identificar padrões mais generalizantes como enfatizar as diferenças e particularidades entre as regiões.

O regionalismo não deve ser compreendido apenas em termos de coalizão, alianças ou um conjunto mais elaborado de instituições. Na prática, o regionalismo emerge a partir das características internas de cada região e das motivações e estratégias dos atores regionais (Farrel, Hettne, Langenhove, 2005). Essas motivações podem incluir desde elementos políticos e econômicos, mas também identidades, histórias e valores compartilhados em um processo de socialização. Por esses motivos, apresenta-se em distintos formatos em cada região do mundo.

Os conceitos de regionalismo e regionalização nos ajudam a compreender melhor as diversas forças e atores que atuam na conformação de uma região. Por um lado, o regionalismo refere-se a um projeto político, normalmente conduzido pelas lideranças estatais, por meio do qual são coordenadas estratégias com objetivos específicos em uma determinada região. Trata-se de um projeto político imposto de cima para baixo (*top-down*) e, em muitos casos, institucionalizado em mecanismos regionais com o intuito de forjar maior coesão e cooperação entre os Estados (Hettne, Soderbaum, 2000; Farrel, Hettne, Langenhove, 2005, Malamud, 2011; Martínez, 2020). Por outro lado, a regionalização é como um processo informal de baixo para cima (*bottom-up*), vinculado ao aumento da concentração da atividade, seja do fluxo de intercâmbio de pessoas, mercadorias, ideias, entre outros, no nível regional (Farrel, Hettne, Langenhove, 2005; Malamud, 2011). Nesse caso, observa-se o aumento da interdependência e um maior engajamento das comunidades e sociedades na cooperação regional, bem como na construção de referentes de identidade e valores compartilhados.

A combinação entre o nível de regionalismo e de regionalização cria diferentes expressões da cooperação regional. Na União Europeia, por exemplo, ambos os mecanismos são fortes atualmente, enquanto na América do Norte observou-se o incremento da regionalização, simbolizada pelo crescimento dos fluxos de intercâmbio, sem um aprofundamento institucional.

Na América Latina, por sua vez, o aumento do regionalismo, mediante a proliferação de instituições regionais, não necessariamente significou a intensificação da regionalização (Malamud, 2011). Finalmente, no Caribe, as iniciativas de regionalismo estão vinculadas a necessidade de superar as limitações associadas ao pequeno tamanho de seus territórios e a economias dependentes de poucos produtos, o que torna sua inserção internacional altamente volátil e dificulta o aprofundamento da regionalização (Martínez, 2020).

Ademais, reitera-se que as regiões não são estáticas e estão constantemente em construção. O sentimento de regionalidade também é construído e sujeito a variadas transformações (Farrel, Hettne, Langenhove, 2005). Pia Riggirozzi (2012) ainda acrescenta que a regionalidade envolve práticas e processos sociais que definem uma região não apenas como um ator unitário, mas como uma arena para ação conjunta. Assim, ao investigar a participação da Guiana nas iniciativas regionais ao longo da sua história, buscaremos entender a transição de uma abordagem focada na aproximação com o Caribe para o processo mais recente de continentalização ou sul americanização.

Para tanto, faz-se necessário distinguir entre cooperação e integração regional. A cooperação regional, de modo geral, refere-se ao estabelecimento de relações colaborativas com o objetivo de promover interesses comuns ou lidar com problemas compartilhados em uma dada região (Hettne, Soderbaum, 2000). Desta forma, supõe o cumprimento voluntário dos termos acordados entre as partes (Malamud, 2011). A integração regional, tradicionalmente, pode assumir uma abordagem tanto econômica quanto política (Mariano, Bressan, Luciano, 2021). Do ponto de vista econômico, a categorização proposta por Balassa (2011) prevê a eliminação das discriminações e restrições ao comércio entre os países de uma dada região e pode possuir diferentes graus de aprofundamento: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica (e monetária) e integração econômica total. Do ponto de vista político, a integração regional, embasada na definição de Haas (2004), envolve algum grau de transferência da soberania estatal para instituições supranacionais responsáveis pela implementação de políticas comuns (Malamud, 2011). Sendo assim, consiste em um processo mais estruturado e com maior entrelaçamento e harmonização das políticas regionais adotadas (Mattli, 1999).

A utilização dessa definição política clássica limita o estudo da integração regional ao caso europeu, dificultando comparações com outras regiões nas quais a defesa da autonomia estatal é uma das características fundamentais, como na América Latina e no Caribe. Nesse sentido, a tipologia proposta por Mariano, Bressan e Luciano (2021) para estudar o regionalismo no continente americano a partir de um *continuum* entre "consulta/concertação, cooperação e integração" nos permite identificar diferentes graus de institucionalização das iniciativas regionais que não necessariamente impliquem na necessidade de transferência de soberania.

Segundo os autores, a consulta ou concertação corresponde a mecanismos mais informais, flexíveis, baseados em atuações pontuais e na construção de plataformas e foros para promoção do diálogo sobre questões regionais. No caso da cooperação é possível identificar mais incentivos para o aprofundamento das relações entre os atores e a disposição em estabelecer compromissos e instituições comuns sem condicionar sua autonomia. Finalmente, a integração implicaria em algum grau de compartilhamento da autonomia estatal e em um aprofundamento da interdependência, seja política e/ou econômica. Vale ressaltar que, diferentemente da definição política tradicional de integração regional, não se trata da transferência de soberania, mas sim da construção de uma estrutura institucional mais complexa que abarque iniciativas comuns em diferentes áreas, assim como o fortalecimento dos intercâmbios econômicos mediante o desenvolvimento de zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns (Mariano, Bressan, Luciano, 2021).

De acordo com essa categorização, destacam-se, como mecanismos de consulta ou de concertação no continente americano, a CELAC, o Grupo de Lima e o PROSUL. Dentre as iniciativas de cooperação nas Américas, podemos incluir a OEA, a ALBA-TCP, a UNASUL e a Aliança do Pacífico. Por fim, os projetos da CARICOM, do MERCOSUL e da Comunidade Andina, poderiam, conforme os parâmetros estabelecidos, ser considerados exemplos de integração regional (Mariano, Bressan, Luciano, 2021). Neste trabalho, essa tipologia nos auxilia no melhor entendimento da estratégia de inserção da Guiana nas iniciativas regionais no Caribe e na América do Sul como será explicitado na terceira seção.

CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES DA GUIANA

Com uma superfície de aproximadamente 215 mil km^2 e localizada na porção norte do continente sul-americano, entre a Venezuela e o Suriname, a República Cooperativa da Guiana possui, histórica e culturalmente, semelhanças muito maiores com os países caribenhos do que com os demais Estados da América do Sul. O país, que foi colonizado primeiramente pelos Países Baixos e depois pelo Reino Unido, tornou-se independente apenas em 1966 e herdou a língua inglesa como idioma oficial, além de ser parte da Comunidade de Nações (*Commonwealth*). Cerca de 90% dos quase 800 mil habitantes estão concentrados na costa do Caribe, a qual corresponde a apenas 10% do território, e onde está localizada sua capital, Georgetown (Atlas Géopolitique, 2022). A dificuldade de conexão com a América do Sul ocorre também por questões geográficas, tendo em vista a extensa Floresta Amazônica.

No que se refere aos aspectos políticos, desde sua independência, o país adota um sistema semipresidencialista unicameral com a preponderância de dois principais partidos políticos, representando diferentes grupos étnicos que compõem a população guianesa. Esses partidos são o *People's National Congress Reform* (PNCR), marxista e vinculado aos de origem afro-guianesa (29,3%), e o *People's Progressive Party/Civic* (PPP/C), um pouco mais conservador e associado à comunidade indiana (38,9%) (Atlas Géopolitique, 2022). Todavia, na prática, ambos os partidos se posicionam no espectro político da esquerda e não apresentam grandes diferenças ideológicas, caracterizando-se muito mais por representarem grupos étnicos distintos. O PPP/C foi o primeiro partido em massa da Guiana, originalmente multiétnico e apoiado por trabalhadores e intelectuais, enquanto o PNCR foi criado a partir de uma dissidência do PPP/C. A estrutura política do país ainda é frágil e apresenta deficiências institucionais, sendo conhecido por fraudes eleitorais e corrupção. Em dezembro de 2018, o PPP/C apresentou uma moção contra o então presidente David Granger do PNCR acusando-o de ter vendido os interesses petrolíferos do país em benefício do lucro da empresa ExxonMobil. Após mais de um ano de incertezas políticas e jurídicas, novas eleições foram realizadas em março de 2020. O resultado acirrado apontava a vitória do então mandatário, mas a pressão interna e internacional reverteu a situação e Irfaan Ali do PPP/C foi apontado como novo presidente (Atlas Géopolitique, 2022).

Até a descoberta das jazidas de petróleo, em 2015, a Guiana era o país mais pobre do continente sul-americano e sua economia baseava-se na exploração de recursos naturais, por meio da mineração e da agricultura de produtos tropicais. As perspectivas de crescimento econômico do país se multiplicaram desde então, conforme evidencia a tabela 1, passando a ser denominado "o Kuwait da América do Sul" (Atlas Géopolitique, 2022; Prazeres, 2024); todavia, isso não se refletiu no incremento do bem-estar social da população (Maindenberg; Andreoni, 2018). As concessões para a exploração do petróleo foram direcionadas a grandes empresas, como a ExxonMobil, e a maioria das pessoas empregadas nesse setor são estrangeiros, de maneira que a renda obtida não chega diretamente aos guianenses. Conforme apontam Maindenberg e Andreoni (2018), o sonho do petróleo pode rapidamente se transformar em um pesadelo, devido as dificuldades do governo da Guiana em construir estruturas governamentais para administrar a indústria petrolífera e elaborar políticas públicas que revertam os lucros aferidos em benefícios sociais. O *boom* do petróleo pode ampliar ainda mais as desigualdades, a corrupção e os conflitos internos.

Estima-se que as reservas de petróleo da Guiana são tão vastas que a produção diária do país suba do nível atual de cerca de 360.000 barris por dia para cerca de 1 milhão de barris por dia até 2027, substituindo o Kuwait como o país com o nível mais elevado de produção de petróleo *per capita* em todo o mundo (Gallegos, 2017). Nesse contexto de exploração petrolífera, a disputa pelo território de Essequibo ganhou novos desdobramentos.

Tabela 1: Evolução do crescimento do PIB da Guiana (2015-2023)

2015	0,7%
2016	3,8%
2017	3,7%
2018	4,4%
2019	5,4%
2020	43,5%
2021	20,1%
2022	62,3%
2023	37,2%

Fonte: World Bank Open Data, 2024

A região de Essequibo está localizada no Escudo das Guianas e corresponde a cerca de dois terços do território do país, abrigando aproximadamente 16% de sua população (Sharp, 2023). A área destaca-se tanto por seus recursos hídricos, por conta da extensa rede de rios como Cuyuní, Mazaruní, Kuyuwini, Potaro e Rupununi, quanto minerais, a exemplo das reservas de ouro, cobre, diamante, ferro, bauxita e alumínio. Além disso, boa parte das reservas de petróleo descobertas em 2015 estão nas águas territoriais desta área.

Figura 1: Mapa da Guiana e áreas em disputa

Fonte: Wikipedia Commons

Ainda que a disputa territorial tenha ganhado maior projeção no último ano com a realização do referendo venezuelano, trata-se de uma tensão de pouco mais de dois séculos. Quando a Venezuela declarou sua independência em 1810, o território à margem esquerda do rio Essequibo estava incluído. No entanto, no contexto da guerra de independência em 1814, essa área passou para o controle britânico, que a adquiriu dos holandeses e passou a denominá-la parte da Guiana Inglesa a partir de 1831 (Angelo, 2022).

Em 1840, com o intuito de definir as fronteiras da então Guiana Inglesa, o Reino Unido incumbiu o explorador alemão Robert Shomburgk de traçar um mapa com os limites territoriais

do país, no que ficou posteriormente conhecido como Linha Shomburgk. A Venezuela reagiu contestando a área localizada a oeste de Essequibo, o que levou a definição do território como disputado, em 1850. Finalmente, em 1897, foi estabelecido um procedimento de arbitragem internacional sobre o tema com a mediação dos Estados Unidos, que representaria a Venezuela. A sentença arbitral de Paris, de 1899, concedeu ao Reino Unido os direitos sobre toda área em disputa (Angelo, 2022).

Todavia, em 1962, a Venezuela contestou a decisão, afirmando que existiam vícios no procedimento arbitral e comprometimento de um dos árbitros estadunidenses, declarando que considerava a decisão nula e sem efeito. Em 1966, com a independência da Guiana coube ao país iniciar negociações diretas com os venezuelanos sobre a soberania no território de Essequibo (Angelo, 2022). Nesse mesmo ano, foi assinado o Acordo de Genebra que reconhecia a existência de uma disputa sobre aquela área. Em 1986, ambas as partes chegaram a um acordo para mediação do assunto, mas, apesar da nomeação dos mediadores, as negociações não avançaram desde então.

Finalmente, em 2018, a Guiana levou o caso à Corte Internacional de Justiça (CIJ) com o intuito de confirmar a sentença arbitral de 1899, mas a Venezuela não reconhece a jurisdição da corte para julgar o caso. O governo venezuelano, por sua vez, emitiu uma declaração em 2021 reiterando sua soberania sobre Essequibo e, em 2023, convocou seus cidadãos para um referendo sobre o tema. O resultado da consulta popular realizada em dezembro de 2023 apontou que 95% dos votantes são favoráveis a anexação de Essequibo por parte da Venezuela (Sharp, 2023). No entanto, a população que lá reside se identifica como guianesa e fala inglês. Ainda no final de 2023, o presidente Maduro, com o intuito de dar mais concretude ao referendo, apresentou um novo mapa oficial da Venezuela, incluindo o território de Essequibo; criou um Alto Comissariado para a Defesa da Guiana Essequiba; e iniciou os trâmites legais na Assembleia Nacional para a criação do estado da Guiana Essequiba.

Este é um tema que afeta diretamente as relações regionais no continente sul-americano, tendo em vista a possibilidade iminente de um conflito. A Guiana tem buscado apoio internacional dos Estados Unidos, que é favorável a sentença arbitral de 1899. O governo brasileiro, particularmente, procurou mobilizar tropas no estado de Roraima e diplomatas de maneira a

evitar uma escalada da crise no subcontinente (Prazeres, 2024). Além do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai manifestaram suas preocupações com a elevada tensão entre a Guiana e a Venezuela e reafirmaram os ideais de que a América do Sul é um território de paz, no qual as disputas devem ser solucionadas por meio do diálogo. Todavia, o desgaste das instituições regionais e a falta de uma liderança brasileira mais firme nesse debate tem dificultado a promoção de uma solução coletiva mais efetiva para a questão.

Ainda assim, na reunião da CELAC em São Vicente e Granadinas, em dezembro de 2023, ambos os países reiteraram que suas posições com relação a soberania sobre o território de Essequibo são inalteráveis, mas concordaram em não recorrer ao uso da força, comprometendo-se com a criação de uma comissão conjunta para tratar do tema. Nesse sentido, prevaleceu a opção pelo diálogo como solução pacífica para as controvérsias, por meio de mecanismos regionais de concertação. Em janeiro de 2024, os representantes da Guiana e da Venezuela reuniram-se em Brasília para discutir a questão de Essequibo, com a mediação do Brasil; de São Vicente e Granadinas (Estado que então ocupava a presidência *pro tempore* da CELAC); e de Dominica (que ocupava a presidência da CARICOM) (Agência Brasil, 2024).

Conforme indica a figura 1, a Guiana também possui uma disputa territorial com o Suriname. A região reivindicada é denominada Tigri e corresponde a aproximadamente 5.000 km² localizados na tríplice fronteira entre o Brasil, o Suriname e a Guiana. Apesar de pouco povoada, a área possui muitos recursos minerais e metais preciosos, como a bauxita e o ouro, além de reservas de petróleo. Essa disputa, ainda que não possua o mesmo grau de tensão como com a Venezuela, também tem suas origens no período colonial, quando os limites territoriais não foram bem demarcados pelas antigas metrópoles. Após sua independência em 1966 e com o intuito de apaziguar as divergências, a Guiana aderiu ao princípio da linha de equidistância ao rio Corentyne, dividindo em territórios iguais a extensão do rio e permitindo sua exploração por ambas as partes. Todavia, ainda nos anos 1960, o Suriname intensificou suas incursões na região com o objetivo de controlar a área sem consenso com o governo guianense (Rocha; Silva, 2015).

A despeito desta postura do governo do Suriname, as relações entre os países têm se mantido estáveis nas últimas décadas e as tensões continuam baixas, limitando-se a apreensões de barcos e pescadores que invadissem o território em litígio. Segundo Rocha e Silva (2015), a

baixa probabilidade de um conflito armado e a condução pacífica do contencioso se devem à forte ligação econômica, social e cultural entre os países e às iniciativas de cooperação bilateral, como a criação do Conselho de Cooperação Guiana-Suriname em 1986. A CARICOM também tem atuado como um órgão de mediação nesse tema.

A ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO REGIONAL DA GUIANA

O fortalecimento dos vínculos entre a Guiana e os países do Caribe e da América do Sul ocorreu somente após o seu processo de independência em 1966. O contexto histórico-cultural do país e sua posição geográfica contribuíram para uma maior aproximação, inicialmente, com os Estados caribenhos e, posteriormente, com os sul-americanos. Em ambos os casos, a participação guianesa nos mecanismos regionais serve aos interesses nacionais tanto de desenvolvimento político e econômico como de construção de sua identidade como país independente. Nesta seção, analisa-se a membresia da Guiana em algumas iniciativas regionais, como CARICOM, AEC, OTCA, UNASUL, PROSUL e CELAC, comparando os objetivos de cada processo e os níveis de aprofundamento da cooperação.

A Comunidade Caribenha (CARICOM, da sigla em inglês para *Caribbean Community*), que possui sua sede em Georgetown, capital da Guiana, foi criada em 4 de julho de 1973 mediante a assinatura do Tratado de Chaguaramas pelos representantes de Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago. Inicialmente, a comunidade tinha o objetivo de fortalecer os vínculos entre as antigas colônias britânicas no Caribe e, com a reforma de 1995, estendeu a participação também ao Haiti e ao Suriname, antigas colônias francesa e holandesa, respectivamente (Silva, Granger; Bastos, 2023).

Atualmente, o bloco conta com quinze Estados-membros: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Monserrate, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. E cinco territórios associados: Anguilla, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Turcas e Caicos e Ilhas Caimã. Ainda que todos esses países sejam relativamente pequenos, tanto em termos populacionais quanto territoriais, há uma grande diversidade no que se refere às suas características geográficas e étnicas, assim como em seus níveis de desenvolvimento social e econômico (Caricom, 2024).

A CARICOM, uma das mais antigas iniciativas de integração regional nas Américas, sustenta-se com base em quatro pilares fundamentais: 1. Integração econômica, derivada da Associação de Livre Comércio Caribenha (CARIFTA, da sigla em inglês para *Caribbean Free Trade Association*) de 1965; 2. Coordenação de política externa; 3. Desenvolvimento humano e social; e 4. Segurança. De modo geral, a organização se propõe a funcionar como uma plataforma de cooperação regional com o intuito de melhorar os padrões de vida das populações dos Estados-membros, expandindo suas relações econômico-comerciais e coordenando a atuação externa dos países (Caricom, 2024).

O pilar da integração econômica foi se modificando ao longo dos anos. Inicialmente, a CARIFTA, auxiliou na remoção de tarifas e outras barreiras ao comércio intrarregional de mercadorias. Posteriormente, com a CARICOM, havia uma previsão no Tratado de Chaguaramas para a criação de um mercado comum do Caribe, que obteve contornos mais concretos a partir de 1989, com a formação do Mercado Único e Economia do Caribe (CSME, da sigla em inglês para *Caribbean Single Market and Economy*). Com a revisão do Tratado de Chaguaramas em 2002, buscou-se estabelecer medidas para a remoção das ainda existentes barreiras comerciais com o intuito de formar um mercado único, com livre circulação não apenas de mercadorias, mas também de serviços, capitais e pessoas (Caricom, 2024).

Assim como no caso do MERCOSUL, o mercado único caribenho segue em processo de consolidação; todavia, o fato de a CARICOM possuir uma estrutura institucional complexa, abarcando a cooperação em diferentes áreas e tendo como um dos seus objetivos o aprofundamento da integração econômica mediante a formação de uma zona de livre comércio, inicialmente, e almejando a criação de um mercado comum, nos permite classificar esse processo como uma iniciativa de integração regional e não apenas de concertação ou de cooperação, conforme a tipologia proposta por Mariano, Bressan e Luciano (2021).

Um dos fatores que dificultam uma integração econômica mais profunda entre os Estados membros é o fato de que suas exportações, em geral de produtos primários, são mais concorrentes do que complementares e estes países continuam dependentes das importações de países mais desenvolvidos (Silva, Granger; Bastos, 2023). Ademais, ainda que o mercado único da CARICOM não tenha avançado tanto, a existência dessa iniciativa vincula as políticas comerciais

dos países membros e cria obstáculos para uma integração semelhante com os países da América do Sul. Para a Guiana, especificamente, a participação na CARICOM foi fundamental nos anos posteriores a sua independência como um foro para projeção internacional do país e colaboração com os vizinhos caribenhos.

A Associação dos Estados do Caribe (AEC ou ACS, da sigla em inglês para *Association of Caribbean States*) foi criada em 1994 com o intuito de melhorar a cooperação dentro da região. Conforme declarado na Convenção que estabeleceu a AEC, seu objetivo principal é funcionar como uma organização de "consulta, cooperação e ação concertada" para os seus países membros (Asociación de Estados del Caribe, 2024). Nesse sentido, possui uma estrutura muito mais enxuta se comparada à CARICOM e foca na promoção do diálogo como mecanismo para identificar áreas de interesse e preocupação comuns, buscando soluções a nível regional.

A associação conta com vinte e cinco Estados membros: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela. E onze territórios associados: Aruba, Bonaire, Ilhas Virgens Britânicas, Curaçao, Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Saba, São Bartolomeu, Santo Eustáquio e São Martinho. A sede do secretariado está localizada em Porto da Espanha, capital de Trinidad e Tobago (Asociación de Estados del Caribe, 2024).

A criação da AEC tinha como intuito consolidar uma plataforma de cooperação entre os países da região e estreitar os laços entre os Estados membros da CARICOM e os demais vizinhos caribenhos hispânicos. Nesse sentido, foi concebida de maneira a acomodar a diversidade caribenha para além da CARICOM e forjar uma maior cooperação regional, promovendo o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das economias locais (Martínez, 2020). De acordo com Martínez (2020), o modelo da AEC baseia-se na "cooperação autônoma", na qual um grupo de países da periferia utiliza-se do regionalismo como mecanismo para a adoção de políticas comunitárias sem que estas se subordinem à um agente hegemônico externo.

Todavia, as dificuldades em estabelecer projetos mais concretos e em obter fundos para a realização desses, evidencia as assimetrias existentes entre os países membros e limita as

possibilidades de interação (Silva, Granger; Bastos, 2023). Entre esses obstáculos a integração, destacam-se: a natureza insular de seus territórios; a insuficiência de infraestrutura para as comunicações e as conexões intrarregionais; as profundas disparidades entre os países do Caribe em termos de recursos naturais, estrutura econômica e indicadores sociais; a classificação de boa parte do espaço caribenho como territórios não independentes; e os fortes vínculos econômicos e de segurança com as antigas metrópoles europeias e os Estados Unidos (Martínez, 2020).

Considerando as características da AEC, pode-se classificá-la como um exemplo de cooperação regional, pois possui uma estrutura um pouco mais elaborada que os mecanismos de concertação, mas não avança no sentido de uma integração regional. Para a Guiana, a AEC funciona como uma plataforma de cooperação com o Caribe um pouco mais ampla que a CARICOM em termos de países parceiros, mas com um nível de aprofundamento menor, uma vez que não almeja a criação de um mercado comum.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), criada em 1995, é derivada do tratado de mesmo nome assinado por oito países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), em 3 de julho de 1978. O principal objetivo da organização é promover o desenvolvimento sustentável e harmônico dos países da região, por meio de estratégias conjuntas (OTCA, 2024). Em 2002, com o intuito de revitalizar o mecanismo e lhe dar maior institucionalidade, foi estabelecida a secretaria permanente da organização em Brasília.

A OTCA surgiu em um contexto de preocupação internacional com o desmatamento e a degradação ambiental da Floresta Amazônica e buscava fomentar a elaboração de projetos conjuntos entre os países da região para lidar com temas de biodiversidade, saúde, infraestrutura, entre outros (Silva, Granger; Bastos, 2023). A participação da Guiana na organização marcou um primeiro movimento de aproximação com os vizinhos sul-americanos, transformando o elemento geográfico que tendia a criar uma barreira entre o país e o subcontinente em fator de cooperação. Ademais, buscava-se equilibrar os aspectos da promoção do desenvolvimento econômico da região amazônica com a necessidade de conservação ambiental.

Todavia, na prática, pouco se avançou em iniciativas concretas, dado o desinteresse e a desarticulação dos países membros. O Brasil, principalmente nos anos 1990, estava muito mais

envolvido no estabelecimento do projeto de integração regional no Cone Sul, o que desviou o foco da cooperação amazônica (Gehre, 2012). Sem a liderança brasileira, a OTCA permaneceu relativamente inativa durante anos.

Recentemente, sob o terceiro mandato do presidente Lula da Silva, o Brasil tem buscado consolidar sua posição na agenda ambiental e, em agosto de 2023, realizou em Belém a Cúpula da Amazônia, com o objetivo de fortalecer a OTCA (Governo do Brasil, 2023a). A Guiana, assim como os demais países signatários do Tratado de Cooperação Amazônia, participou do encontro e assinou a Declaração de Belém, que definiu a agenda regional em favor do desenvolvimento sustentável do bioma. Desta forma, com base no nível de institucionalidade da OTCA, a organização pode ser considerada um exemplo de cooperação regional, segundo a classificação proposta por Mariano, Bressan e Luciano (2021).

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2008, era formada pelos doze países sul-americanos, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. O bloco tinha como objetivo fomentar a cooperação no subcontinente nas mais variadas áreas. A ideia da criação de um bloco com todos os países da região surgiu a partir da realização das Cúpulas Sul-Americanas, sob a liderança do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, em 2000 e 2002. Durante essas reuniões, foi discutida a proposta de uma Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, que previa o financiamento de obras para a interligação do subcontinente de maneira a impulsionar as relações comerciais (IIRSA, 2024). Em 2004, sob o primeiro governo Lula da Silva, foi formada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que em 2008 se tornaria a UNASUL, com o intuito de fomentar a cooperação regional para temas além do comércio.

Até 2017, o bloco funcionou de maneira relativamente regular, quando se iniciou um forte processo de desgaste e de desmonte, impulsionado por discordâncias internas e por divergências ideológico-partidárias entre seus membros, derivadas de um giro mais à direita nos governos de diversos países da região. Enquanto funcionou efetivamente, o bloco pôde ser considerado um exemplo de cooperação regional, fomentando a convergência de políticas e a implementação de projetos em diversas áreas como saúde, energia, segurança, infraestrutura, entre outros (Silva,

Granger; Bastos, 2023). A Guiana nunca saiu da UNASUL, ainda que, sem a participação da grande maioria dos países[2], o bloco tenha permanecido paralisado nos últimos anos.

Desde que assumiu seu terceiro mandato, há um esforço do governo Lula em reativar a instância regional. Em maio de 2023, foi realizada uma Reunião dos Presidentes dos Países da América do Sul, em Brasília, com o propósito de promover o diálogo sobre perspectivas futuras para a integração da região, reforçando a agenda de cooperação sul-americana em áreas consideradas fundamentais como saúde, defesa, energia, infraestrutura e mudança do clima (Governo do Brasil, 2023b). Não houve, todavia, consenso quanto ao restabelecimento da UNASUL como foro privilegiado para a cooperação regional.

Nesse sentido, deve-se considerar que os desafios atuais da integração sul-americana não são os mesmos de quando o bloco foi criado no contexto da "onda rosa" - período no qual a maioria dos países sul americanos foram governados por lideranças e partidos de esquerda e centro-esquerda (1999-2015) - e que não se trata apenas de retomar projetos integracionistas previamente existentes, mas sim de superar os limites da lógica intergovernamental presidencialista das iniciativas na região, fortalecendo os mecanismos de cooperação, apesar das divergências político-ideológicas (Szucko, Araújo, 2023). Para a Guiana, os fatores ideológicos tendem a não influenciar tanto as decisões de participar ou não das iniciativas regionais, as quais estão muito mais vinculadas às oportunidades de construir parcerias com seus vizinhos, que possam auxiliar no próprio desenvolvimento político e econômico do país. Desta forma, o fato de continuar como membro da UNASUL não impediu o governo guianense de se juntar ao PROSUL.

O Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL) foi uma iniciativa liderada pelos então presidentes chileno, Sebastián Piñera, e colombiano, Iván Duque. Criado em 2019, buscava, em alguma medida, aproximar os presidentes da região de uma matriz ideológica mais à direita e contrapor-se à UNASUL. Formalmente, contava com a participação da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru e Suriname.

A proposta do fórum consistia em formar um espaço de cooperação e coordenação política que fosse "mais eficiente, pragmático e de estrutura simples" (Prosur, 2024). Na prática,

[2] Bolívia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela não saíram da UNASUL. Brasil, Argentina e Colômbia retornaram ao bloco em 2023.

funcionou brevemente como uma plataforma para a promoção do diálogo e da concertação política entre os países, principalmente durante a pandemia, mas não avançou em outros projetos mais concretos. De acordo com a tipologia de Mariano, Bressan e Luciano (2021), pode ser considerado um mecanismo de consulta/concertação. Recentemente, as mudanças no espectro político dos países da região reduziram o ímpeto do projeto inicial, com o retorno de governos mais à esquerda e a tentativa de retomada da UNASUL liderada pelo presidente brasileiro Lula da Silva.

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), por sua vez, foi criada em 2010, mas deriva de um processo antigo de tentativa de concertação entre os países da região. Em 1983, foi criado o Grupo de Contadora, formado por Colômbia, México, Panamá e Venezuela, para lidar com a questão da promoção da paz na América Central. Na sequência, em 1985, criou-se o Grupo de Apoio à Contadora, composto por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai. Em 1986, a junção desses dois agrupamentos deu origem ao Grupo do Rio, também conhecido como Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e Caribe, com o objetivo de auxiliar na resolução pacífica de conflitos na região sem interferência de potências externas (Agra, 2020). Em 2008, o presidente brasileiro Lula da Silva, buscando uma maior aproximação com os países latino-americanos, propôs a criação da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), que, em 2011, se transformaria em CELAC.

A CELAC conta com a participação de 33 Estados membros: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad y Tobago, Uruguai e Venezuela. O agrupamento possui uma estrutura mais flexível baseada no exercício da presidência *pro tempore* de maneira rotativa entre os membros e não há uma sede fixa. Devido a imensa heterogeneidade e abrangência dos participantes, a comunidade funciona como um foro para a promoção do diálogo político entre os países latino-americanos e caribenhos, buscando conciliar posições para fomentar o desenvolvimento regional e o bem-estar de suas populações. Sendo assim, é categorizada também como um exemplo de consulta/concertação.

Ao comparar as iniciativas de regionalismo das quais a Guiana participa no Caribe, na América do Sul e na América Latina, observa-se que o único caso que poderia ser classificado como integração regional é a CARICOM, reiterando a percepção de que os laços histórico-culturais e a posição geográfica do país facilitam uma maior interação com os seus vizinhos caribenhos. Na sequência, nota-se o envolvimento guianense em iniciativas de cooperação regional como a AEC, a OTCA e a UNASUL, evidenciando a intenção do país em aproximar-se também dos parceiros sul-americanos, principalmente em projetos que busquem construir soluções coletivas para os desafios enfrentados pelo país como temas de conexão de infraestruturas, por meio da IIRSA, e preservação da Floresta Amazônica. A Guiana também tem participado de mecanismos de consulta e concertação, como o PROSUL e a CELAC, que, apesar de suas estruturas institucionais limitadas, objetivam a coordenação de políticas entre os países da região. É interessante notar ainda que, em todos os exemplos mencionados, os guianenses participaram desde o início da concepção de cada uma das iniciativas como membros fundadores, o que demonstra a disposição do país em construir parcerias regionais.

Figura 2: Participação da Guiana nas iniciativas regionais

	Nível de regionalismo	Região	Data de criação
CARICOM	Integração	Caribe	1973
ACS AEC	Cooperação	Caribe	1994
OTCA Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	Cooperação	América do Sul	1978/1995
UNASUL	Cooperação	América do Sul	2008
PROSUR	Consulta/concertação	América do Sul	2019
CELAC Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños	Consulta/concertação	América Latina	2011

Fonte: elaboração dos autores

Legenda: Integração Cooperação Consulta/concertação

Fonte: elaboração da autora

Outro ponto importante ao comparar as iniciativas regionais no Caribe e na América do Sul é considerar, conforme apontam Silva, Granger e Bastos (2023), que, em geral, os impulsos integracionistas nos blocos sul-americanos seguem ainda muito dependentes das orientações e alinhamentos político-ideológicos dos chefes de Estado, levando a polarizações que dificultam a construção de um projeto coletivo. Por sua vez, no Caribe há uma tendência a priorizar a cooperação como mecanismo para lidar com as vulnerabilidades e desafios comuns, inclusive

mediante uma maior integração econômica. A adoção dessa abordagem mais pragmática está enraizada na percepção de que esses países necessitam de estratégias coletivas para enfrentar os problemas do subdesenvolvimento que atingem a todos na região (Martínez, 2020).

Durante a pandemia, por exemplo, os países caribenhos conseguiram coordenar esforços de maneira muito mais ágil e organizada do que os sul-americanos. Uma possível explicação para essa melhor articulação e solidez da arquitetura institucional no Caribe reside no fato de que esses países são mais homogêneos em suas necessidades e dependentes entre si, o que promove uma maior coesão e impulsiona ações coletivas, particularmente em momentos de crise (Ríos Sierra 2020; Álvarez, 2022).

Ademais, esse pragmatismo na participação das iniciativas regionais pode ser ilustrado, no caso da Guiana, pela decisão em unir-se ao PROSUL, em 2019, iniciativa que reunia os países sul-americanos sob lideranças mais à direita do espectro político, sem deixar a UNASUL, projeto concebido durante a onda rosa no subcontinente, momento marcado por um giro ideológico mais à esquerda. Durante o período de crise institucional da UNASUL, a Guiana, o Suriname e a Venezuela foram os únicos países a não anunciarem a decisão de denunciar o tratado constitutivo do bloco (Silva, Granger; Bastos, 2023). Bolívia e Peru, apesar de anunciarem a decisão, não deram sequência aos trâmites internos e continuaram como países-membros da UNASUL. Conforme mencionado anteriormente, esse posicionamento da Guiana deve-se ao fato de que, para o país, os mecanismos regionais servem mais aos propósitos de desenvolvimento nacional do que de alinhamento político-ideológico.

Por fim, observa-se que a aproximação da Guiana com a América do Sul passa pelo estreitamento dos laços com o Brasil (Gehre, 2012), potência regional que lidera grande parte das iniciativas no subcontinente. A proximidade geográfica, o fluxo migratório, bem como outros elementos vinculados à segurança regional e energética são temas de interesse comum. Além disso, o Brasil é o país sul-americano com mais recursos que podem contribuir para o desenvolvimento da Guiana. Por meio do projeto “Rota das Guianas”, o governo brasileiro planeja investir na construção de estradas que facilitem seu acesso ao Caribe, ampliando o trânsito de mercadorias e fomentando a economia na região amazônica (Governo do Brasil, 2024). Um dos principais focos é a integração física por meio da pavimentação da rodovia Lethem-Linden, que

permitiria a ligação entre Roraima e o porto de Georgetown, contribuindo para o escoamento de produtos brasileiros (Prazeres, 2024). Além disso, o crescimento econômico da Guiana por conta da descoberta do petróleo também representa oportunidades interessantes para o Brasil, tanto do ponto de vista de importação do recurso como de ampliação da presença comercial brasileira no país. Segundo Prazeres (2024), em 2019, a balança comercial entre ambos os países era de US$ 46,3 milhões, saltando para US$ 1,313 bilhão, em 2023. O rápido crescimento no fluxo comercial relaciona-se com aumento das exportações de petróleo da Guiana para o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou de analisar as estratégias de inserção da Guiana no Caribe e na América do Sul, comparando sua participação nas iniciativas regionais e as classificando entre mecanismos de consulta/concertação, cooperação e integração. De modo geral, entende-se que os aspectos histórico-culturais e a posição geográfica do país facilitaram a consolidação dos laços com os vizinhos caribenhos, com os quais possui níveis de integração mais profundos e uma maior densidade institucional. Isso deve-se também ao fato de que a semelhança nos níveis de desenvolvimento desses países e sua interdependência facilitam a convergência de interesses, com o intuito de formar um bloco mais coeso e de maior relevância no cenário internacional.

No entanto, destaca-se, nas últimas décadas, um esforço de aproximação da Guiana com os parceiros sul-americanos em um processo de continentalização. As relações com a América do Sul caracterizam-se pela cooperação em áreas prioritárias para os guianenses como o desenvolvimento sustentável da região amazônica, a construção de infraestruturas e a promoção da concertação regional. A disputa pela região de Essequibo coloca à prova essas instituições regionais como mecanismos efetivos para a construção de soluções pacíficas por meio do diálogo. Além disso, a crescente exploração de petróleo na Guiana reposiciona o país no cenário internacional, tornando-o mais atrativo para investimentos, principalmente por parte da grande liderança do subcontinente, o Brasil.

A Guiana, desde sua independência, tem adotado uma política externa relativamente pragmática em suas interações com os países caribenhos e sul-americanos. Ao valorizar essa dupla identidade, o país procura promover seus interesses de desenvolvimento econômico na definição

de suas parcerias, afastando-se de possíveis disputas político-ideológicas, que tendem a caracterizar as iniciativas sul-americanas. Ainda que com suas limitações internas, principalmente no que tange a consolidação das instituições nacionais, no combate à corrupção e na distribuição de renda, esse pequeno país, em termos territoriais, tem obtido êxito na sua presença regional, tendo participado de todas as iniciativas analisadas desde sua origem como forma de reafirmar sua independência e proatividade, a saber: a CARICOM, a AEC, a OTCA, a UNASUL, o PROSUL e a CELAC.

Este trabalho teve o intuito de ampliar os estudos sobre a Guiana e suas relações com os países vizinhos, bem como avaliar sua estratégia de inserção internacional a partir de plataformas regionais. A literatura sobre o tema ainda é escassa e bastante limitada, o que dificulta a investigação; todavia, com o recente *boom* do petróleo no país e a retomada das tensões com a Venezuela pela disputa de Essequibo, faz-se necessário aprofundar no entendimento do contexto político, econômico e social desse pequeno território entre o Caribe e a América do Sul. Do ponto de vista do Brasil, por exemplo, seria interessante analisar em pesquisas futuras como o país pode expandir suas relações com a Guiana e como os mecanismos regionais podem contribuir para este propósito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. (2024). Chanceleres de Venezuela e Guiana se reúnem para discutir Essequibo. 24 de janeiro. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-01/chanceleres-de-venezuela-e-guiana-se-reunem-para-discutir-essequibo [Acesso em: 17 dez. 2024]

Agra, H. (2020). As políticas externas do Brasil e do México para a América Latina: do Grupo de Contadora ao Grupo do Rio. *Brazilian Journal of International Relations*, 9 (2), p. 330-347 [online]. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/9262 [Acesso em: 17 dez. 2024]

Angelo, P. J. (2022). Another Conflict Is Brewing in the Caribbean. *Foreign Policy*, 22 March 2022. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2022/03/22/venezuela-guyana-essequibo-maduro-opposition-oil/ [Acesso em: 17 dez. 2024]

Álvarez, M. V. (2022). La gestión de la pandemia de COVID-19 y el regionalismo en América Latina y el Caribe: Aprendizajes y desafíos pendientes, Documentos de trabajo nº 71 (2ª época), Madrid, *Fundación Carolina* [online]. Disponível em: https://doi.org/10.33960/issn-e.1885-9119.DT71 [Acesso em: 17 dez. 2024]

Asociación De Estados Del Caribe. (2024) Sobre la AEC. Disponível em: http://www.acs-aec.org/index.php?q=es/sobre-la-aec [Acesso em: 17 dez. 2024]

Atlas Géopolitique (2022). Le Guyana: entre crise politique et rente petroliére. Monaco: Du Rocher, p.166-167.

Balassa, B. (2011). *The Theory of Economic Integration*. 1st ed. 1961 Serie Routledge Revivals. London: Routledge.

Briceño-Ruiz, J. (2018). Times of Change in Latin American Regionalism. *Contexto Internacional* 40 (3), p. 573-594 [online]. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400300008 [Acesso em: 17 dez. 2024]

CARICOM. (2024). Our Community. Who we are. Disponível em: https://caricom.org/our-community/who-we-are/ [Acesso em: 17 dez. 2024]

Farrel, M.; Hettne, B.; Langenhove, Luk Van (eds). (2005). *Global Politics of Regionalism: theory and practice*. London: Pluto Press.

Gallegos, R. (2017). *Guyana Strikes Oil*. Foreign Affairs, 2 February 2017. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/guyana/guyana-strikes-oil [Acesso em: 17 dez. 2024]

Gehre, T.; Linhares, E. (2012). Brazil and Guyana: from distant Neighbors to potential Partners. *Mural Internacional*, Ano III, n. 2, p. 16-23. Disponível em: https://doi.org/10.12957/rmi.2012.6379 [Acesso em: 17 dez. 2024]

Governo Do Brasil. (2023). Cúpula da Amazônia. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/assuntos/cupula-da-amazonia/cupula [Acesso em: 17 dez. 2024]

Governo Do Brasil. (2023). Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul - Brasília, 30 de maio. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-de-presidentes-dos-paises-da-america-do-sul-brasilia-30-de-maio-de-2023 [Acesso em: 17 dez. 2024]

Governo Do Brasil. (2024). Na Guiana, Renan Filho defende integração por meio de rotas rodoviárias que ligam Amapá e Roraima aos países vizinhos – Brasília, 29 de fevereiro. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2024/02/na-guiana-renan-filho-defende-integracao-por-meio-de-rotas-rodoviarias-que-ligam-amapa-e-roraima-aos-paises-vizinhos [Acesso em: 17 dez. 2024]

Haas, E. (1958). *The Uniting of Europe: political, social, and economic forces 1950-1957*. 1st edition. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.

Hettne, B.; Söderbaum, F. (2000). Theorising the rise of regioness. *New Political Economy*, vol. 5 (3), p. 457-472. Disponível em: https://doi.org/10.1080/713687778 [Acesso em: 17 dez. 2024]

IIRSA. (2024). Quienes somos. Disponível em: https://www.iirsa.org/ [Acesso em: 17 dez. 2024]

Maindenberg, M.; ANDREONI, M. (2018). The Country That Wasn't Ready to Win the Lottery. Foreign Policy, 19 June 2018. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2018/06/19/the-country-that-wasnt-ready-to-win-the-lottery-guyana-oil/ [Acesso em: 17 dez. 2024]

Malamud, A. (2011). Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional. *Norteamérica*, vol.6 (2), p. 219-249. Disponível em:

https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-35502011000200008 [Acesso em: 17 dez. 2024]

Malamud, A. (2012). Overlapping Regionalism, No Integration - Conceptual Issues and the Latin American Experiences. *EUI Working Paper* RSCAS 2013/20, p. 1-12. Disponível em: https://cadmus.eui.eu/handle/1814/26336 [Acesso em: 17 dez. 2024]

Mariano, K.; Bressan, R.; Luciano, B. (2021). Liquid Regionalism: a typology for regionalism in the Americas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 64 (2), p. 1-19. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7329202100204 [Acesso em: 17 dez. 2024]

Martínez, J. L. (2020). 25 años de la creación de la asociación de estados del caribe: balance y retos a la integración regional. *Caribbean Studies*, vol. 48 (2), p. 145-168. Disponível em: https://revistas.upr.edu/index.php/csj/article/view/21114/18651 [Acesso em: 17 dez. 2024]

Mattli, W. (1999). *The logic of region integration: Europe and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.

Neves, B.; Marianao, K. (2022). El regionalismo sudamericano y el giro hacia la desintegración: algunas reflexiones. *Foro Internacional*, LXII (1), cuad. 247, p. 137-177 [online]. Disponível em: https://doi.org/10.24201/fi.v62i1.2842 [Acesso em: 17 dez. 2024]

OTCA. (2024). ¿Quienes somos? Disponível em: https://otca.org/ [Acesso em: 17 dez. 2024]

Prazeres, L. (2024). Lula na Guiana: o que está em jogo para o Brasil na 'Dubai da América do Sul'? BBC. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51r1ydn24go [Acesso em: 17 dez. 2024]

PROSUR. (2024). Sobre PROSUR. Disponível em: https://foroprosur.org/ [Acesso em: 17 dez. 2024]

Riggirozzi, P. (2012). Region, Regioness and Regionalism in Latin America: Towards a New Synthesis. *New Political Economy*, vol. 17 (4), p.421-443 [online]. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13563467.2011.603827 [Acesso em:17 dez. 2024]

Ríos Sierra, J. (2020). La inexistente respuesta regional a la COVID-19 en América Latina. Geopolitica(s). *Revista de estudios sobre espacio y poder*, n. 11 (especial), p. 209-222 [online]. Disponível em: https://doi.org/10.5209/geop.69324 [Acesso em:17 dez. 2024]

Rocha, C. M. S.; Silva, G. de V. (2015). A Tríplice Fronteira Trinângulo do Novo Rio (Guiana-Suriname-Brasil). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://sef-cpan.ufms.br/v-sef/wp-content/uploads/sites/2/2015/09/3-Cinthia-Mirla-Soares-Rocha.pdf [Acesso em:17 dez. 2024]

Sharp, A. (2023). Why Is Venezuela Threatening Land-Grab War in Latin America? *Foreign Policy*, 7 December 2023. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2023/12/07/venezuela-maduro-guyana-esequibo-interstate-war-oil-referendum-icj/ [Acesso em:17 dez. 2024]

Silva, G. de V.; Granger, S.; Bastos, B. B. (2023). Geopolitical labyrinths of the Three Guianas in the Regional Cooperation and Integration Processes. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 66 (1), p. 1-22. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7329202300107 [Acesso em:17 dez. 2024]

Szucko, A. S.; Araújo, F. L. (2023). O papel do Brasil na redefinição da (re)integração latino-americana. In: Briceño, A. J. H.; Carrillo, F. S. (eds). *Experiencias y aprendizajes para la reactivación de la integración latinoamericana: política institucional, migratoria y comercial.* Colección GRIDALE. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia, p. 143-174.